

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/02/2013 a 28/02/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Monetário aprova seguro para parcelas de financiamentos do Crédito Fundiário – Site do MDA. 01/02/2013	3
Pesquisa e crédito influenciam alta da produtividade agropecuária – Site do MAPA. 04/02/2013.....	3
Dilma afirma que setor agrícola terá mais recursos e juros reduzidos – Site do MDA. 04/02/2013.....	4
MDS repassa R\$ 144 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do MDS. 05/02/2013.....	6
Dilma promete mais recursos e juros menores ao setor agrícola – O Globo. 05/02/2013.....	6
Dilma Rousseff promete ampliação de recursos para financiar safra 2013/14. Marli Lima – Valor Econômico. 05/02/2013	7
Governo estuda isenção total de impostos para produtos da cesta básica. Claudia Safatle e Ribamar Oliveira – Valor Econômico. 06/02/2013.....	8
Inflação dos alimentos desafia governo. Tarso Veloso – Valor Econômico. 06/02/2013	9
Agricultores têm até o fim deste mês para renegociar pagamentos do Pronaf – Site do MDA. 07/02/2013	11
Plano Safra de Inverno ganha forma – Site do MAPA. 13/02/2013.....	12
'Pacote' para culturas de inverno terá até R\$ 480 milhões. Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/02/2013	13
Primeiro edital de acordo Conab/BNDES estipula R\$ 5 milhões para agricultura familiar – Site da CONAB. 20/02/2013.....	14
Produtores participam da construção do novo Plano Safra – Site da CNA. 20/02/2013.....	14
Plano Agrícola 2012/13 libera 66 bilhões – Site do MAPA. 28/02/2013	15
Propostas de preços mínimos da safra de verão e de extrativismo vão para o Mapa – Site da CONAB. 28/02/2013.....	16

Conselho Monetário aprova seguro para parcelas de financiamentos do Crédito Fundiário – Site do MDA. 01/02/2013

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou Resolução 4186 que enquadra as parcelas de financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na cobertura de investimento do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf Proagro Mais). A aprovação, realizada na quinta-feira (31) pelo CMN, irá garantir ao beneficiário do Programa, que tenha acessado o Pronaf Custeio e, que por razões adversas tenha perdido a safra, o valor do financiamento da lavoura, da parcela anual do financiamento do Crédito Fundiário e 65% da renda (limitado a R\$ 7 mil).

A adesão ao seguro está condicionada à contratação, pelo beneficiário do PNCF, de financiamento de custeio (Pronaf). O custo de contratação para o agricultor é relativo a 2% da soma do valor da parcela do PNCF e do Pronaf Custeio.

Para o diretor do Departamento de Crédito Fundiário (DCF/MDA), Dino Castilhos, a inclusão da parcela de financiamento do Crédito Fundiário no SEAF, junto com a ampliação de recursos assistência técnica e demais políticas de apoio a produção e comercialização, formam um conjunto de ações de desenvolvimento que contribuem para a consolidação dos projetos do PNCF. “Como a agricultura é uma atividade de risco, o seguro vai possibilitar segurança aos beneficiários do Crédito Fundiário, garantido a renda e não endividamento por perda de safra”, disse Castilhos.

Pesquisa e crédito influenciam alta da produtividade agropecuária – Site do MAPA. 04/02/2013

O Brasil e a China são os principais mercados que mais aumentaram a produtividade agropecuária entre os anos de 2001 e 2009. É o que mostrou um recente estudo de técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). No caso brasileiro, os levantamentos apontam que fatores como a pesquisa, o crédito agrícola e as exportações influenciam diretamente nesse crescimento. A análise é da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A Produtividade Total dos Fatores (PTF) é o cálculo feito a partir da divisão entre a produção nas lavouras e na pecuária sobre os insumos utilizados no campo (entre os quais trabalhadores rurais, máquinas agrícolas, defensivos e fertilizantes).

De acordo com o estudo, o aumento de 1% nos gastos com pesquisa é responsável por um crescimento da PTF de até 0,35% em 10 anos, enquanto o acréscimo de 1% nos desembolsos do crédito rural (custeio, investimento e comercialização) eleva esse índice em 0,25% e o impacto das exportações em 0,14%.

“A produtividade de um país deve ser alta para tornar o produto competitivo no mercado internacional, o que explica as exportações como um fator relevante sobre os acréscimos no PTF,” explica o coordenador de Planejamento Estratégico do Mapa, José Garcia Gasques.

O crédito agrícola no Brasil aumentou de R\$ 17,9 bilhões concedidos em 2001 para R\$ 75,1 bilhões em 2009, alta de 319,5%. Já as exportações agropecuárias brasileiras tiveram acréscimo no período de 171,8%, passando de R\$ 23,8 bilhões para R\$ 64,7 bilhões.

Outros indicadores apontam melhorias nas rodovias, telecomunicações, irrigação e energia elétrica como fundamentais, além da mudança na qualidade dos insumos; deslocamento da produção para novas regiões do Norte, Centro Oeste e Centro Nordeste; e por 69,2% do perfil das pessoas ocupadas nos campos estarem na faixa etária entre 15 e 49 anos.

Brasil em destaque

Os dados levantados pelo Ministério da Agricultura baseiam-se na obra “Crescimento da Produtividade na Agricultura: Uma Perspectiva Internacional” (Productivity Growth in Agriculture: An International Perspective), que analisa a elevação da produtividade agrícola em 156 países, inclusive o Brasil.

O crescimento do Brasil quanto à produtividade total dos fatores foi de 4,04% na década 2001-2009, enquanto a taxa mundial foi de 1,84%, no período. “Brasil e China são os que mais têm elevado a produção e a produtividade, entre as maiores economias do mundo. Esse fato é atribuído aos pesados investimentos em pesquisa e extensão feitos por ambos os países”, destaca Gasques.

[Clique *aqui* para baixar o artigo Produtividade e Crescimento: Algumas Comparações](#)

Dilma afirma que setor agrícola terá mais recursos e juros reduzidos – Site do MDA. 04/02/2013

A presidenta Dilma Rousseff afirmou nessa segunda-feira (4), em Cascavel (PR), que o governo federal vai ampliar os recursos e baixar juros para o setor agrícola. Segundo a presidenta, que participou de cerimônia de entrega de 29 retroescavadeiras a municípios paranaenses, os valores recordes destinados na safra 2012/2013 serão ainda maiores neste ano.

“Os recursos, a cada ano, vão sendo ampliados, porque a cada ano é maior a demanda, o que é importantíssimo que ocorra porque significa que nós estamos cada vez mais melhorando todas as nossas condições do investimento (...) Eu queria dizer que tanto o Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014 quanto o da Agricultura Familiar terão mais recursos do que este ano. Eu acho que o que marca esses planos são duas coisas. Primeiro, ampliação de recursos; segundo, aquela que eu já disse, que é a redução de juros”, disse.

Durante a safra 2012/2013 foram investidos R\$ 115 bilhões por meio do Plano Agrícola e Pecuário e R\$ 18 bilhões por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com a presidenta, os novos recursos para o setor agrícola serão anunciados em maio.

Dilma também falou sobre a importância das máquinas que estavam sendo entregues. “É fundamental para a gente ter uma agricultura sólida que as estruturas das estradas vicinais estejam em boas condições”, afirmou. “As estradas vicinais são como nossas veias menores, tão essenciais para irrigar as maiores. Sem elas nós não temos uma irrigação correta do organismo”, acrescentou.

O secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini, que participou da solenidade representando o ministro Pepe Vargas, destacou a importância do Paraná no cenário agropecuário brasileiro. “Aqui a gente vê que a agricultura tem força, poder econômico e tecnologias. E a agricultura familiar participa ativamente desse processo”, adiantou. O estado responde por 19% da safra nacional de grãos, sendo que 48 % da produção são da agricultura familiar, que atualmente corresponde a 302 mil famílias.

Os 29 equipamentos somam um investimento de R\$ 4,1 milhões do MDA e atenderão cerca de 88 mil pessoas no meio rural, a partir da melhoria e construção de estradas vicinais. O desenvolvimento da malha viária permitirá o escoamento eficaz da produção agropecuária nos municípios, diminuindo custos e melhorando a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Junto às 66 máquinas já entregues ao estado em 2012, a previsão é que os benefícios alcancem aproximadamente 395 mil trabalhadores rurais no estado. Está prevista a entrega de outras 254 retroescavadeiras e 137 motoniveladoras a municípios paranaenses ainda nesta etapa.

Importância para os municípios

Um dos beneficiados pela entrega das retroescavadeiras foi o município de Capitão Leônidas Marques. O prefeito Ivar Barea assinalou que a chegada da máquina renova as forças para lutar pela permanência dos agricultores familiares no campo. “Nós que administramos municípios essencialmente agrícolas temos de trabalhar para o desenvolvimento da agricultura familiar. É preciso levar a estes produtores o conforto e a qualidade de vida que precisam para permanecerem no campo e produzirem os alimentos que alimentam o Brasil”, assegurou.

O governador do estado, Beto Richa, ponderou sobre a importância do trabalho conjunto entre os governos e do fortalecimento de políticas públicas para o meio rural. “É nos municípios que as pessoas vivem, e que precisam ver satisfeitas as suas necessidades básicas. Entre estas, as necessidades dos nossos agricultores, em especial da agricultura familiar que movimenta e aquece a economia local”, realçou.

O MDA investiu cerca de R\$ 211 milhões, entre dezembro de 2011 e julho de 2012, no repasse de 1.275 retroescavadeiras a 1,3 mil municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes, fora de regiões metropolitanas. O investimento beneficiou mais de 8,8 milhões de pessoas, entre as quais 1,5 milhão de agricultores familiares. Para 2013 está prevista a entrega de mais 3,5 mil retroescavadeiras e a universalização das motoniveladoras. Somadas, as duas etapas representam um investimento de R\$ 1,4 bilhão do MDA.

MDS repassa R\$ 144 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do MDS. 05/02/2013

Recursos vão beneficiar cerca de 27 mil famílias de agricultores familiares. Até junho de 2015, mais R\$ 2,6 bilhões serão repassados à Conab e deverão beneficiar aproximadamente 500 mil núcleos familiares rurais

Brasília, 5 – Organizações de agricultores familiares de todo o país que desejem participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já podem enviar propostas para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Nessa segunda-feira (4), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassou R\$ 144 milhões para a execução do convênio assinado em setembro de 2012 com a empresa pública.

O valor corresponde à primeira parcela de 2013 e beneficiará mais de 27 mil agricultores familiares. “A liberação desse recurso permite que a Conab receba imediatamente as propostas das organizações e garanta a continuidade do programa”, diz a coordenadora de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDS, Janaína Kern da Rosa.

Em 2012, o MDS repassou R\$ 539,4 milhões para a Conab executar o PAA, beneficiando 119,8 mil famílias de agricultores por meio da aquisição de quase 270 mil toneladas de sua produção. O termo de cooperação entre MDS e Conab prevê mais de R\$ 2,6 bilhões em investimentos até junho de 2015, para comprar alimentos de cerca de 500 mil famílias rurais.

Podem participar do programa agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inclusive os povos e comunidades tradicionais – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais. Os participantes deverão estar organizados em cooperativas ou associações.

Na proposta a ser apresentada, além da identificação dos agricultores que vão fornecer os alimentos, devem constar as instituições que serão beneficiadas com a distribuição dos alimentos e o tipo de produto a ser fornecido. Enquadram-se no PAA os produtos de origem agropecuária e extrativista próprios para consumo humano, sejam in natura, industrializados, processados ou orgânicos.

Dilma promete mais recursos e juros menores ao setor agrícola – O Globo. 05/02/2013

Em visita à feira agropecuária de Cascavel, no Paraná, a presidente Dilma Rousseff prometeu mais recursos e juros menores para financiar produtores. Ela anunciou que o plano agrícola de 2013/2014 será lançado em maio, um mês antes do previsto, e vai garantir financiamento em valores superiores aos oferecidos no biênio 2012/2013 - de R\$ 115 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 18 bilhões para a agricultura familiar.

- Os recursos, a cada ano, estão sendo ampliados, porque a cada ano é maior a demanda. Significa que estamos melhorando todas as nossas condições do investimento.

Dilma citou a queda do juro no Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, de 5,5% para 2,5% ao ano, para compra de máquinas.

- É inequívoco que, sem financiamento, é muito difícil fazer com que os agricultores tenham acesso a máquinas e equipamentos agrícolas.

Dilma Rousseff promete ampliação de recursos para financiar safra 2013/14. Marli Lima – Valor Econômico. 05/02/2013

Dilma garante que não faltarão recursos para plantio: "Se gastarem o dinheiro, terá mais. O que gastarem, nós cobrimos".

A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, durante evento em Cascavel (PR), que o governo federal vai disponibilizar "todo o crédito que o agricultor precisar" para o plantio deste ano. O volume de recursos para financiar a agricultura na safra 2013/14 será anunciado em maio.

Segundo a presidente, os valores vão superar o montante liberado durante o ciclo 2012/13. Na ocasião, o governo liberou R\$ 115 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário, além de R\$ 18 bilhões para a agricultura familiar. A presidente fez questão de ressaltar que este foi o maior valor já disponibilizado para o financiamento do setor.

"Se gastarem o dinheiro, terá mais. O que gastarem, nós cobrimos. Estamos oferecendo 115 aqui, 18 ali, tudo bilhão", afirmou Dilma, que visitou o Show Rural, evento de tecnologia agrícola promovido pela cooperativa paranaense Coopavel.

No discurso, a presidente disse ainda que o médio produtor, "que antes era esquecido, foi lembrado nos programas". A presidente ressaltou a queda nos juros para a compra de equipamentos e anunciou ainda que está na reta final para criar uma agência voltada para a assistência técnica no campo. A nova instituição, explicou, vai funcionar como um braço da Embrapa.

Dilma aproveitou o evento voltado para o homem do campo para explicar a entrega de retroescavadeiras para 29 municípios paranaenses. Segundo ela, todos os municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes vão receber retroescavadeiras e motoniveladoras, dentro da segunda etapa do PAC, como parte da parceria que o governo quer manter com prefeitos de municípios de regiões agrícolas.

"Chegamos a 95 retroescavadeiras e entregaremos 188 até o fim do ano", declarou. Ela abraçou, beijou e falou com todos os 29 prefeitos que receberam uma chave de suas mãos. Dilma prometeu, também, no segundo semestre, entregar caminhões-caçamba. Segundo ela, a medida vai atingir 90% dos municípios do país. A intenção é que esses equipamentos sejam usados para melhorar estradas vicinais e facilitar o escoamento da produção agrícola.

Foi a primeira vez que um presidente esteve no Show Rural, criado há 25 anos. Entre os acompanhantes de Dilma estava a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, provável candidata do PT ao governo do Paraná, a quem a presidente elogiou, e também o governador do Estado, Beto Richa (PSDB), que deve buscar a reeleição. Gleisi foi bastante aplaudida pelo público.

Dilma disse que não vê partidos políticos para liberar recursos para Estados. "Esse tempo acabou", afirmou, acrescentando que é uma visão "patrimonialista e oligárquica" achar que os recursos pertencem ao governante. "Pertencem ao povo". Ela respondeu à fala de Richa, de que é preciso melhorar a infraestrutura para o produtor rural. Citou programas que mantém com o Paraná e falou que as parcerias com Estados em portos, rodovias e ferrovias são fundamentais para o país crescer.

Ao chegar ao Show Rural, a presidente Dilma Rousseff foi abordada por agricultores que fizeram manifestação contra invasão de terras da região por índios. Eles usaram faixas com as palavras "querem vender máquinas para a Funai" e gritaram "não, não, não, diga não à invasão".

Governo estuda isenção total de impostos para produtos da cesta básica. Claudia Safatle e Ribamar Oliveira – Valor Econômico. 06/02/2013

A desoneração da cesta básica deverá ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano e terá impacto não desprezível sobre a inflação, segundo fontes oficiais. Ontem, a presidente Dilma Rousseff anunciou, em entrevista a emissoras de rádio do Paraná, que o governo estuda desonerar integralmente a cesta básica dos tributos federais - basicamente PIS-Cofins e IPI, sendo que esse último recai somente sobre o açúcar. Espera-se, agora, que os governos estaduais façam o mesmo e retirem a incidência de ICMS. Alguns já não tributam a cesta básica, e entre os que cobram o imposto, a alíquota varia de 7% a 10%.

A retirada dos impostos federais sobre os produtos da cesta teria impacto direto de 0,3 ponto percentual no IPCA, podendo chegar a 0,44 ponto percentual, considerando os efeitos indiretos, conforme cálculos da LCA Consultores. O Ministério da Fazenda tem suas próprias projeções, mas ainda não as divulgou.

Simultaneamente à desoneração, o governo vai editar um decreto redefinindo quais são os produtos que compõem a cesta básica. O decreto original, de 1938, nunca foi atualizado para uma lista de consumo mais contemporânea. Nele constam arroz, feijão, macarrão, banha de porco, caças em geral e a de tartaruga, em particular. A nova cesta foi elaborada pelos ministérios da Fazenda, Casa Civil, Saúde e Desenvolvimento Social.

Em dezembro, o governo solicitou a inclusão, no Orçamento de 2013, de uma renúncia adicional de receitas da ordem de R\$ 9,79 bilhões, para que possa aprovar novas desonerações do PIS-Cofins neste ano. O custo da medida sobre a cesta básica deve ser parte dessa cifra, mas haverá novas reduções de alíquotas do PIS e da Cofins para setores específicos da economia. Esses setores ainda estão sendo definidos e as mudanças constarão de medida provisória a ser assinada pela presidente Dilma.

Para que o governo possa fazer a redução das alíquotas do PIS-Cofins de setores específicos neste ano, o Orçamento da União de 2013 precisa ser aprovado rapidamente, pois a renúncia de receita decorrente da medida terá que constar da estimativa de receita da lei orçamentária, de acordo com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O governo estima perder R\$ 1,74 bilhão com as desonerações do PIS e R\$ 8,05 bilhões com as reduções de alíquotas da Cofins.

De acordo com ofício encaminhado pelo ministro Mantega à Comissão Mista de Orçamento do Congresso, essa renúncia de receita com a redução das alíquotas do PIS e da Cofins será compensada pela reestimativa da arrecadação a ser obtida este ano com concessões de serviços públicos, que aumentará R\$ 4,59 bilhões, e com a receita de dividendos de empresas estatais, que subirá R\$ 6 bilhões.

Além da perda de receita de R\$ 9,79 bilhões, o ministro Mantega pediu que fosse incluída também no Orçamento deste ano renúncia adicional de R\$ 800 milhões com a desoneração da folha de pagamento das empresas. Antes, a área econômica previa que o gasto com essa desoneração ficaria em R\$ 15 bilhões em 2013, mas o governo aumentou o número de setores beneficiados, depois que encaminhou a proposta orçamentária ao Congresso, em agosto do ano passado.

Em mensagem ao Congresso Nacional, apresentada segunda-feira na abertura dos trabalhos legislativos, a presidente informou que a política de desonerações terá continuidade em 2013, como parte do compromisso do governo com a redução e a racionalização da carga tributária.

A presidente espera que, em parceria com o Congresso e com Estados e municípios, o governo possa avançar mais este ano, "aprovar novas medidas para que o Brasil tenha política tributária mais justa para os cidadãos e mais favorável ao investimento".

Técnicos do Ministério da Fazenda estudam, também, a reformulação do PIS e da Cofins, que prevê a unificação dos dois tributos. Essa reformulação, porém, ainda não foi submetida à apreciação do ministro da Fazenda. Só depois de avalizada por Mantega, é que ela será enviada à Casa Civil e à presidente Dilma.

A expectativa da área técnica é que a proposta de reforma do PIS-Cofins seja encaminhada ao Congresso Nacional ainda neste semestre, na forma de medida provisória, para entrar em vigor apenas em 2014.

Inflação dos alimentos desafia governo. Tarso Veloso – Valor Econômico. 06/02/2013

Ministra Gleisi Hoffmann queria que Conab vendesse estoques públicos para combater alta nos preços dos alimentos

Após amargar um aumento anual médio de 10% nos preços dos alimentos nos últimos cinco anos, o governo decidiu que é hora de agir com uma política forte de abastecimento.

Na semana passada, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, convocou os representantes do Ministério da Agricultura e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para uma reunião com o objetivo de pôr em prática a estratégia de vender estoques públicos de grãos para conter a inflação dos alimentos - apontada pelo governo como um dos principais fatores para a elevação de 5,84% no IPCA em 2012.

Gleisi foi avisada, porém, que a Conab não tem estoques suficientes para levar a ideia adiante, apesar do crescimento contínuo da produção de grãos nos últimos anos. Hoje, a estatal praticamente não tem milho e feijão em seus armazéns e conta com apenas 756 mil de toneladas de arroz, o suficiente para um mês de consumo. O efeito da venda desse volume de arroz sobre os preços no varejo seria inócuo, já que a safra está sendo colhida e as cotações tendem a cair naturalmente nos próximos 45 dias.

Diante da impossibilidade de vender estoques públicos, o governo começou uma ofensiva para coordenar as expectativas do mercado. Na segunda-feira, em discurso a produtores rurais no Paraná, a presidente Dilma Rousseff enfatizou que não faltará crédito para a agricultura brasileira neste ano. "Se gastarem o dinheiro, terá mais. O que gastarem, nós cobrimos. Estamos oferecendo 115 aqui, 18 ali, tudo bilhão ", disse ela, durante o Show Rural, evento promovido pela cooperativa Coopavel.

Ontem, também em entrevista a uma emissora de rádio do Paraná, a presidente disse que o governo está estudando desonerar integralmente a cesta básica dos tributos federais. À tarde, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, declarou que a safra 2012/13 de grãos, até então estimada pela Conab em 180 milhões de toneladas, deve alcançar 185 milhões. Um conjunto de notícias que acalmaria os preços e, portanto, as expectativas de inflação.

A Conab só tem autorização legal para adquirir produtos no mercado quando as cotações estão mais baixas do que as fixadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O Ministério da Agricultura compra os excedentes ou financia a estocagem, sempre que o preço de mercado cai abaixo do mínimo. Para aquisições acima desse valor, é necessária autorização por Medida Provisória (MP).

No mês passado, governo editou a MP 603, que autoriza, em caráter excepcional, neste ano, a aquisição de até 300 mil toneladas de milho em grão, ao preço de mercado, por meio de leilões, para recompor os estoques públicos.

O objetivo dessa MP é o de ofertar milho diretamente para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por causa da longa estiagem. A ajuda, porém, não deve sair do papel devido à proximidade da colheita de milho.

Com a alta dos preços das principais commodities agrícolas nos últimos anos, os gastos do governo para manter os valores mínimos vêm caindo. Para aquisições por meio da PGPM, o governo chegou a gastar R\$ 3,1 bilhões em 2009. Em 2012, ano de alta nas commodities, a despesa foi bem menor, de R\$ 568 milhões. Em 2013, o ministério estima que um gasto ainda mais modesto, abaixo de R\$ 300 milhões.

A carência de estoques não é culpa apenas dos preços altos. Na avaliação da Presidência da República, o Ministério da Agricultura não agiu no momento adequado nas aquisições. No início de 2012, a Conab recomendou ao ministério a compra de milho para formação de estoque, o que não foi feito. A pasta não considerou que haveria gargalos de abastecimento no ano, devido à safra recorde de milho, que foi de 72,9 milhões de toneladas.

Agora, no curto prazo, não há condições de reforçar os estoques de grãos. Por isso, a Conab decidiu que vai aumentar o preço mínimo do feijão e da farinha de mandioca para incentivar o plantio dessas culturas. O feijão perdeu área no Paraná para a cana-de-açúcar, e a seca no Nordeste está prejudicando a produção tanto do grão quanto da mandioca.

Na reunião da semana passada, a ministra-chefe da Casa Civil perguntou para os representantes do ministério da Agricultura por que a Conab não vendeu arroz em dezembro, quando o preço estava subindo.

A resposta foi que o ministério havia decidido suspender um dos leilões marcados para janeiro, contra a recomendação da Conab, atendendo a um pedido de deputados da bancada ruralista e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), que temiam uma desvalorização do produto.

Não foi o que aconteceu. A saca de 50 quilos custa atualmente R\$ 50,86 em Mato Grosso, longe do preço mínimo - R\$ 28,23. No Rio Grande do Sul, o valor está em R\$ 33,45, com o preço mínimo a R\$ 25,28. O cereal subiu 36,6% em 2012.

A alta do arroz, porém, não é o problema que mais preocupa o governo. O feijão carioca, variedade mais consumida no país, registrou aumento de 31,53% no ano passado. O feijão preto, segundo mais consumido, subiu 44,20%. Ao contrário do arroz, que deve cair nos próximos meses, o feijão trilha o caminho contrário e, para piorar, os estoques são irrisórios. A Conab não comprou feijão em 2012, pois o produto já estava acima do preço mínimo devido à estiagem que atingiu o Sul e Nordeste do país.

Agricultores têm até o fim deste mês para renegociar pagamentos do Pronaf – Site do MDA. 07/02/2013

Vai até dia 28 de fevereiro de 2013 o prazo para os agricultores familiares inadimplentes no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – possam renegociar suas dívidas. O objetivo é que os agricultores fiquem em dia com os pagamentos e “possam continuar se beneficiando das políticas públicas criadas para eles”, conforme adianta o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Valter Bianchini.

A data é o prazo limite para os agricultores com operações contratadas até 30 de junho de 2010 e que estavam inadimplentes em novembro de 2011 – mês em que foi publicada a Resolução nº 4.028, autorizando a recomposição das dívidas. Já os prazos para os demais agricultores manifestarem interesse na renegociação das operações amparadas pela Resolução é 28 de junho de 2013.

“A Resolução do Conselho Monetário, de 18 de novembro de 2011, é uma conquista de todos os agricultores abrangidos pelo Pronaf. O esforço do governo é para que os agricultores familiares continuem financiando seus projetos”, afirma Bianchini.

Renegociação

As operações dos agricultores familiares que se enquadram nas condições estabelecidas na Resolução nº 4.028 podem ser renegociadas com taxa de juros de 2% ao ano, com até 10 anos de prazo para pagamento. A medida é resultado de demandas dos agricultores familiares e dos movimentos sociais que os representam.

O diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção, João Luiz Guadagnin, assinala que a renegociação representa uma oportunidade para que os mutuários possam reestruturar suas operações de crédito junto aos bancos, que estão mobilizados e preparados para efetivar o máximo de renegociações possíveis.

Os interessados devem procurar os bancos ou agentes financeiros onde contrataram as operações pelo Pronaf.

Quem pode renegociar e deve ficar atento ao prazo:

A Resolução nº 4028 trata da composição (transformar todas as dívidas em uma só) e a renegociação de agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

* As operações enquadradas são as de investimento inadimplentes na data da resolução contratados até 30 de junho de 2010;

* Operações de custeio contratadas com recursos do FNE até 30 de junho de 2010;

Condições para renegociação:

* Agricultores (as) que estavam inadimplentes na data de publicação dessa resolução devem efetuar o pagamento mínimo de 3% do valor;

* Limite de crédito para renegociação da dívida: R\$ 30 mil.

Plano Safra de Inverno ganha forma – Site do MAPA. 13/02/2013

A construção das políticas para a triticultura e as culturas de inverno, conhecido como Plano Safra de Inverno, anda a passos firmes para virar realidade até o final deste mês ou o mais tardar no início de março. A boa notícia foi dada pelo secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller, que está trabalhando conjuntamente com a equipe da secretária na elaboração das ações que beneficiarão o produtor rural.

Entre as medidas em discussão, as que asseguram especialmente o aumento da produção, por meio do reajuste dos valores mínimos em níveis que sustentem a formação da renda do produtor e a ampliação do limite de financiamento de custeio das lavouras. Também está em debate a possibilidade de realização de estudos de

zoneamento de risco climático para os principais estados produtores. Todas as medidas construídas devem passar pela aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN) antes de entrarem em vigor.

No ano passado, o Governo garantiu R\$ 430 milhões em recursos de crédito voltados à comercialização da safra de trigo, R\$ 60 milhões para o pagamento das subvenções do seguro agrícola e o reajuste dos preços mínimos de todas as culturas de inverno. “Estamos trabalhando para ampliarmos esses volumes, ouvindo o setor e formatando o plano com o apoio da iniciativa privada. Nosso objetivo é fomentar a produção e garantir recursos para a comercialização do produto”, disse Geller.

'Pacote' para culturas de inverno terá até R\$ 480 milhões. Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/02/2013

O novo plano safra de inverno, que deverá ser anunciado pelo Ministério da Agricultura até o fim deste mês, dará ênfase à produção de trigo, que tem caído nos últimos anos e elevado os preços de um dos produtos mais consumidos no país, o pão francês. O Ministério da Agricultura trata o incentivo à produção da cultura como prioridade, em busca de queda nas importações e redução das cotações.

O pacote terá entre R\$ 450 milhões a R\$ 480 milhões em crédito para comercialização das culturas de inverno. Apesar de superior ao montante disponibilizado na safra atual (R\$ 430 milhões), o valor ficará abaixo da demanda do segmento (R\$ 501 milhões), de acordo com uma fonte do governo. Para seguro agrícola, deverão ser destinados de R\$ 80 milhões a R\$ 90 milhões. Os recursos sairão dos R\$ 115 bilhões do Plano de Safra 2012/13.

Outra medida em discussão pelo governo é o reajuste do preço mínimo do trigo. A cultura, segundo uma fonte do Ministério da Agricultura, deverá receber um reajuste no preço para incentivar o plantio. "Está em discussão a renovação do preço mínimo do trigo para incentivar o plantio. Esse ano já tivemos problemas com a queda da oferta e o aumento dos preços e vamos combater isso", disse a fonte.

O pão francês foi responsável por um impacto de 1,04% no IPCA em 2012. Com a previsão de colheita da menor safra de trigo em cinco anos (4,3 milhões de toneladas), o país terá que importar 7 milhões de toneladas. A área plantada deverá cair 12% este ano em relação à temporada passada.

A safra ruim coincide com restrições argentinas à exportação de trigo. Com isso, o Brasil será obrigado a importar volumes elevados do cereal de fora do Mercosul, com o pagamento de 10% de Tarifa Externa Comum (TEC). Normalmente, menos de 5% das importações brasileiras são trazidas de fora do bloco. Nesta temporada, essa fatia deve alcançar entre 35% e 42%.

O setor produtivo nacional espera uma forte alta no custo de aquisição pelos moinhos. No ano passado, a alta superou os 50% e grande parte desse salto já foi repassado para o preço da farinha. Outros repasses devem ser feitos no primeiro semestre deste ano.

Para fontes do governo, o peso do pão no IPCA só é grande devido à dificuldade de inclusão da farinha de mandioca na receita. O projeto de lei 5332/2009, de autoria da deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA), cria o "pão brasileiro" com a inclusão de mandioca e derivados na receita tradicional, mas está encalhado desde 2009 na Câmara dos Deputados.

Conforme uma fonte do governo, o lobby das indústrias de trigo consegue paralisar essas iniciativas, que tornariam o pão mais barato ao usar um produto brasileiro e que pode ser cultivado em quase todo o território nacional.

Primeiro edital de acordo Conab/BNDES estipula R\$ 5 milhões para agricultura familiar – Site da CONAB. 20/02/2013

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rubens Rodrigues dos Santos, e representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram ontem, 19/02, o primeiro edital relativo ao Acordo de Atuação Conjunta para o fortalecimento da produção rural de base familiar. A cerimônia de lançamento contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff e foi realizada durante o Encontro do Movimento das Mulheres Camponesas, em Brasília.

O valor total do Acordo é de R\$ 23 milhões e, nesta primeira edição, serão liberados R\$ 5 milhões, destinados a grupos de mulheres, produtores agroecológicos e povos de comunidades tradicionais. “O edital é de abrangência nacional, mas com foco prioritário nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para onde serão destinados pelo menos 70% dos recursos”, ressaltou Rubens Rodrigues. “Nesta etapa, cerca de 4 mil famílias devem ser beneficiadas”.

De acordo com o documento, o valor individual de apoio será de até R\$ 50 mil por organização proponente. O objetivo é selecionar projetos que fortaleçam cooperativas e associações de agricultores familiares, por meio de investimentos em estruturação, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização da produção de alimentos. (*Mônica Simões/Conab*)

[Acesse aqui o Edital](#)

Produtores participam da construção do novo Plano Safra – Site da CNA. 20/02/2013

Líderes ruralistas, produtores e representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) se reuniram nesta quarta-feira (20), na sede da entidade, com o secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Neri Geller, para começarem a formatar a estrutura do próximo Plano Agrícola e Pecuário. Goiás sediou a primeira reunião, a próxima será em Mato Grosso.

Na sua última edição, o Plano Agrícola e Pecuária do Governo Federal destinou R\$ 86,9 bilhões para financiar o custeio e a comercialização e R\$ 28,2 bilhões para os programas de investimentos. Além do aumento de 7,5% em relação ao crédito da safra anterior, a taxa anual de juros também foi reduzida de 6,75% para 5,5%.

Segundo o vice-presidente institucional da Faeg, Bartolomeu Braz, o novo Plano Agrícola e Pecuário deve oferecer não apenas crédito, mas sim abranger outras demandas do setor como desburocratização e acesso a essas linhas de financiamento, seguro rural, maiores garantias de comercialização e sustentação de preços, linhas destinadas para investimento em logística, infraestrutura e armazenamento, entre outras demandas.

A defasagem dos preços mínimos foi uma demanda muito enfatizada pelo vice-presidente institucional da Faeg, segundo Bartolomeu, os preços mínimos estão muito abaixo dos custos de produção em setores como cereais, fibras e oleaginosas. “Esses preços mínimos precisam ser atualizados anualmente”, enfatizou.

Para Bartolomeu, atender a essas demandas é um requisito básico para o crescimento do setor. “A agricultura tem se desenvolvido muito em nosso Estado nos últimos anos, mas a duros custos, carecemos de estradas, armazéns, seguro, garantias de preços e de escoamento da nossa produção. Precisamos resolver esses gargalos. Precisamos de políticas públicas mais eficientes”, disse o líder ruralista ao secretário do MAPA.

O secretário de política agrícola do MAPA, Neri Geller, comentou que o Plano Agrícola e Pecuário deve estar bem articulado com os interesses e necessidades do setor, por isso essas reuniões com os produtores. “Queremos fazer este ano um Plano que seja diferenciado, articulado com as necessidades da classe produtora brasileira”, destacou.

A reunião também contou com representantes dos setores de suinocultura, grãos, algodão, cana-de-açúcar e uma equipe da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás (Seagro).

Plano Agrícola 2012/13 libera 66 bilhões – Site do MAPA. 28/02/2013

A informação foi anunciada, nesta quinta-feira, 28 de fevereiro, na primeira reunião da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno

Foram liberados R\$ 66 bilhões para os agricultores financiarem a produção por meio do Plano Agrícola Pecuário 2012/13, entre julho e janeiro. A informação foi anunciada, nesta quinta-feira, 28 de fevereiro, na primeira reunião da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno que ocorreu no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília.

No lançamento do Plano, em julho de 2012, o Governo Federal disponibilizou R\$ 115,2 bilhões para o setor. O valor busca, entre outros objetivos, dar suporte e regionalizar as políticas de apoio ao produtor rural.

Outro assunto que esteve em pauta foram os leilões dos estoques de grãos do governo. Os representantes da Cadeia solicitaram o adiamento do primeiro evento para depois de abril.

Propostas de preços mínimos da safra de verão e de extrativismo vão para o Mapa – Site da CONAB. 28/02/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai enviar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), até o próximo dia 15, para aprovação, proposta de preços mínimos dos produtos da safra de verão 2013/2014 e do extrativismo (sociobiodiversidade) brasileiro. Os valores farão parte do Plano Safra 2013 e vão balizar a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM e PGPM-Bio) do governo, para tomada de decisões administrativas, econômicas e operacionais.

Para chegar aos valores, os técnicos da empresa ouviram segmentos ligados ao processo produtivo (máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos e fertilizantes, mudas e sementes e outros) para cálculo do custo de produção de cada produto. Levaram em consideração também aspectos relacionados à conjuntura do mercado interno e externo, à oferta e demanda nacional e mundial, à evolução dos preços, além da paridade de importação e exportação

Os preços mínimos são básicos para a operacionalização de instrumentos de apoio à comercialização, tais como as Aquisições do Governo Federal (AGF), o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) e os mecanismos de financiamento. Já a PGPMBio possibilita ao extrativista receber um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Entre os integrantes da lista da safra de verão estão grãos como a soja, milho, feijão, arroz, algodão, entre outros, enquanto que do grupo extrativista, a borracha, babaçu, castanha-do-brasil, piaçava e pequi. *(Raimundo Estevam/Conab)*

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa